

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O RIO GRANDE DO NORTE: AVANÇOS E RETROCESSOS ATÉ OS ANOS 2000

Lanuzia Tércia Freire de Sá¹
Olivia Moraes de Medeiros Neta²
Ana Lúcia Sarmiento Henrique³

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender como ocorreu o desenvolvimento da educação profissional no Brasil e mais especificamente no RN nos anos 2000. Neste contexto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental baseada prioritariamente nos seguintes autores: Moll (2010), Moura (2013), Ciavatta (2016), Ramos (2016), Kuenzer (2007), como também, na análise de documentos a respeito do tema, tais como, leis, decretos e informações contidas em sites oficiais. Para o artigo realizaram-se investigações com a finalidade de responder ao seguinte questionamento: qual o projeto de Educação Profissional principalmente para o estado do Rio Grande do Norte no contexto do Brasil dos anos 2000? Esperamos, assim, contribuir para a produção do conhecimento no campo da história da educação profissional. Percebe-se que, apesar de terem ocorrido alguns avanços e retrocessos durante a história do país e mais pontualmente, com repercussão no recorte temporal dos anos 2000, o projeto de Educação Profissional, tanto no Brasil quanto no estado do RN, vem sendo caracterizado pela dualidade da educação, por programas emergenciais assistencialistas, sem proposta para uma política de estado e sem as condições necessárias para um Ensino Médio Integrado, universalizado de qualidade socialmente referenciada.

Palavras-chave: Educação Profissional; Rio Grande do Norte; Brasil; Ensino Médio Integrado.

ABSTRACT

The aim of this article is to understand how the development of professional education in Brazil and more specifically in the NB occurred in the 2000s. In this context, a bibliographic and documentary research based on the following authors: Moll (2010), Moura (2013), Ciavatta (2016), Ramos (2016), Kuenzer (2007), as well as in the analysis of documents on the subject, such as Laws, Decrees and information contained in official websites. For the article investigations were conducted in order to answer the following question: What is the project of Vocational Education mainly for the state of Rio Grande do Norte in the context of Brazil in the 2000s? As well as contributing to the production of knowledge in the field of the history of vocational education. Despite some advances and setbacks in the history of the country and more punctually, with repercussions in the time frame of the 2000s, the professional education project, both in Brazil and in the state of RN, has been characterized by the duality of education. , by emergency assistance programs, without proposal for a state policy and without the necessary conditions for a high quality, universal Integrated High School.

Keywords: Professional Education; Large northern river; Brazil; High school.

¹ Correio eletrônico: lalanuzia@yahoo.com.br

² Correio eletrônico: olivianeta@gmail.com

³ Correio eletrônico: ana.henrique@ifrn.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A fim de compreender a trajetória histórica e social do tema, projeto de Educação Profissional (EP) para o Rio Grande do Norte (RN) no contexto do Brasil, dos anos 2000, iniciaremos este artigo fazendo um rápido apanhado dos acontecimentos desde a origem da EP no Brasil até os anos 2000, onde tentaremos compreender as ações do estado, as disputas e contextos, tanto políticos quanto sociais envolvidos, no sentido de conseguir responder à seguinte questão: qual o projeto de Educação Profissional principalmente para o estado do Rio Grande do Norte no contexto do Brasil dos anos 2000?

Nessa perspectiva, teremos como objetivo principal, compreender como ocorreu o desenvolvimento da Educação Profissional no Brasil e mais especificamente no RN, em seus anos iniciais de implementação e mais pontualmente nos anos 2000, no sentido de responder ao questionamento supracitado e subsidiar a compreensão do tema aqui proposto assim como, contribuir para a produção do conhecimento a respeito da história da Educação Profissional no Brasil.

Neste sentido, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental baseada prioritariamente nos seguintes autores: Moll (2010), Moura (2013), Ciavatta (2016), Ramos (2016), Kuenzer (2007), assim como a análise de alguns documentos, dentre eles o Decreto nº 7.566/1909, a Lei nº 5.692/71, o Decreto nº 6.302/2007, a Lei nº 11.741/2008, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e o Projeto Político Pedagógico de algumas instituições e em sites oficiais.

Assim, fez-se uso da metodologia qualitativa em uma perspectiva de abordagem da nova história cultural criada pelo grupo dos Annales, um movimento historiográfico que se constitui em torno do periódico acadêmico francês *Annales d'histoire économique et sociale*, tendo se destacado por incorporar métodos das Ciências Sociais à História. Nessa perspectiva, no campo da história, é possível que o objeto investigativo passe a ser representado como produto de uma prática cultural, das estruturas humanas de longa ou de curta duração, preocupando-se principalmente com as estruturas do comportamento humano. Tal concepção é importante para se compreender a história cultural e sua ideia embutida, rica de padrões culturais.

Em uma de suas discussões a respeito do assunto, Rodrigues (2012) afirmou que a história social seria a história que privilegia as relações econômicas para definir as formas de viver, sentir e pensar do sujeito.

Ao se tratar dos resultados da pesquisa observou-se que apesar de terem ocorrido alguns avanços durante a história, mais pontualmente nos anos 2000, o projeto de EP, tanto no Brasil quanto no estado do RN, continua caracterizado pela dualidade da educação, por programas emergenciais assistencialistas, sem proposta para uma política de estado e sem as condições necessárias para um EMI universalizado de qualidade socialmente referenciada, haja vista que em 2016/2017 havia no RN, sob administração estadual apenas uma escola com oferta do EMI.

2 O CONTEXTO INICIAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Abordando resumidamente o contexto inicial da EP no Brasil, a qual teve sua gênese por volta de 1906 com a consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil, pode-se ressaltar que, esse tipo de ensino teve origem assistencialista, com o objetivo principal de amparar órfãos e os demais desvalidos da sorte, para que tivessem as condições mínimas de sobrevivência e não viessem a praticar ações contra a ordem e os bons costumes da sociedade (MOURA, 2010).

Neste sentido, observou-se que essa EP teve, desde o início, um caráter de contenção social, de *status* desvalorizado, baseada prioritariamente em atividades mecânicas para atender as demandas dos subempregos oferecidos, preocupada em atender ao “mercado” e controlar a camadas mais pobres da sociedade, características coerentes com uma sociedade capitalista e de origem escravocrata.

Segundo Kuenzer (2007), um acontecimento importante para os marcos iniciais da EP no Brasil se deu em 1909 (Primeira República), com a criação de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, em diferentes unidades da Federação, por meio do Decreto nº 7.566 de 23/09/1909, para ofertar à população o ensino profissional primário e gratuito. Porém, o aspecto assistencial, de ordem e moral permaneceu, considerando que só teria acesso à essas instituições, alunos entre 10 e 13 anos, preferencialmente para crianças “desvalidos da fortuna”.

Segundo Moura (2010), as décadas de 1930 e 1940 foram de grande importância para a educação, a política e a economia da sociedade brasileira, com a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública, entretanto, sem muitos avanços para a EP pública no país.

Apesar de ter sido um período importante para a educação, os avanços foram restritos e cheios de turbulências. Um deles foi explícito na Constituição de 1937, em um período no qual, na percepção de Vieira (2007), o Estado Novo assume um caráter centralizador e autoritário, inclusive no aspecto financeiro, no contexto das reformas encaminhadas por Gustavo Capanema que se contrapunham à ideia de gratuidade inscrita na Constituição de 1937, pois embora o Art. 130, estabelecesse que “o ensino primário é obrigatório e gratuito”, acrescentou-se, no mesmo artigo, o caráter parcial dessa gratuidade, exigindo dos alunos, no ato da matrícula, a comprovação e alegação de escassez de recursos, caso contrário, haveria a cobrança de mensalidades destinadas à caixa escolar.

Já em 1942, a referência foi a criação das Leis Orgânicas da Educação Nacional (Reforma Capanema), a qual, dentre outros aspectos, deu origem ao que conhecemos hoje como Sistema “S”⁴, marco da parceria público-privada na Educação Profissional do país.

Nos anos 1960, um dos acontecimentos mais importantes para esse campo foi quando entrou em vigor a 1ª Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (LDB) estruturando a educação do país em três graus, já a Educação Profissional, apareceu no contexto do golpe civil-militar (1964), em que a EP foi, pela primeira vez, considerada prioritária para o governo, a fim de transformar o Brasil em uma “potência”, constituindo o modelo brasileiro de desenvolvimento econômico.

Ainda com base na bibliografia supracitada, chegou-se aos anos 1970, com o país inserido em um contexto de regime ditatorial, quando houve grande reforma na Educação Básica de 1º grau e principalmente de 2º grau, a partir da Lei nº 5.692/1971, a qual instituía a educação de nível médio profissionalizante para todos. Entretanto, devido à falta de financiamento adequado e de formação de professores para a atuar como docente na EP, dentre outros aspectos, observou-se, cada vez mais, a precarização na tentativa de unificação

⁴ Sistema S: Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). (<http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>).

da educação profissional brasileira. A profissionalização nas escolas públicas não ocorreu e houve um empobrecimento da educação dos jovens pela diminuição da cultura geral. “O resultado é um arremedo de educação, que, antes de ser geral e sólida, é apenas genérica e superficial, com prejuízos irreparáveis para a classe trabalhadora. (KUENZER, 2010),

Ao longo do tempo, houve uma flexibilização no cumprimento desse dispositivo legal, até que, em 1997, com o Decreto nº 2.208/1997, o Governo Federal, na época presidido por Fernando Henrique Cardoso (FHC), separou a Educação Profissional do Ensino Médio (EM).

O ato anteriormente descrito, contraditoriamente, mas não inocentemente, já se encontrava em consonância com a nova LDB, publicada em 1996, pois o documento estruturava a educação brasileira em Educação Básica e Ensino Superior, e a EP não se encontrava em nenhum desses dois níveis.

Nesse sentido, Ciavatta (2016) menciona que a implementação do Decreto 2.208/97 teve impacto direto na separação entre a cultura escolar e cultura do trabalho reiterando e fortalecendo o dualismo estrutural da educação brasileira, assim como a reafirmação da divisão de classes na educação. Convém lembrar que a dualidade na educação constitui basicamente uma característica da organização educacional brasileira, a qual possui um tipo de escola, em alguns casos, de ensino profissional, destinada, principalmente, para as classes subalternas e outro tipo de escola, de caráter acadêmico (propedêutico), destinada a preparar pessoas para formar a elite dominante. (MOURA, 2013). Essa configuração dualista é característica presente na maioria dos países capitalistas.

Nessa época, o Sistema "S" e as parcerias público-privadas ocupavam cada vez mais espaço no contexto social capitalista, em fortalecimento ao sistema neoliberal na perspectiva da privatização educacional.

Já a partir dos anos 2000, no Governo de Luís Inácio Lula da Silva, resgatou-se a possibilidade de inserção da Educação Profissional integrada e concomitante ao Ensino Médio com a revogação do Decreto nº 2.208/97 pela promulgação do Decreto nº 5.154/2004. No caso do novo decreto, o ensino profissionalizante junto ao Ensino Médio não era obrigatório, era optativo para aquelas instituições que se disponibilizassem a oferecer, diante de novos e velhos desafios no período (MOURA, 2010).

3 ALGUNS DESTAQUES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL DOS ANOS 2000

A primeira década dos anos 2000 foi marcada, em muitos aspectos da sociedade brasileira, pela transição de governos FHC para Lula, como também pelas mudanças trazidas para EP, com a revogação do Decreto nº 2.208/97 e a publicação do Decreto nº 5.154/04.

Neste sentido, o EMI vem sendo implantado timidamente, a partir de 2005, na rede federal de EP e em algumas redes estaduais, em meio a muitas disputas e contradições em torno das relações entre trabalho e educação – que se apresentam fortemente quando se trata de concepções e práticas no campo da formação humana. (MOURA, 2013, p. 153).

Ainda com base no mesmo autor, enquanto as possibilidades avançaram com o Decreto nº 5.154/04, a Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), foi desmembrada, gerando duas secretarias, a de Educação Básica (SEB) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), em sentido contrário ao que favoreceria o fortalecimento do EMI.

Neste panorama de avanços e retrocessos, dentre as ações que fortaleceram a EP, podemos destacar o Programa Brasil Profissionalizado, o qual, a partir de 2007, incentivou largamente a oferta do Ensino Médio integrado à Educação Profissional (EMI), nos estados, apesar de ter suas limitações e se constituir em mais um programa pontual para a EP. Esse Programa, inicialmente, destinava-se exclusivamente ao EMI, entretanto, devido a pressões políticas, foi ampliado para a concomitância na EP.

Nesse programa, o governo federal contribui, mediante a apresentação de projetos, pelos estados, com os investimentos necessários para a implantação dos cursos, enquanto os estados devem garantir o pessoal docente e técnico necessário ao seu funcionamento. Contudo, como não há, em vários estados, a decisão política em implementar o ensino médio integrado como política pública, vários estados apresentaram e tiveram aprovados os projetos, mas não estão constituindo os respectivos quadros efetivo dos docentes (MOURA, 2010, p. 77).

Neste sentido, os estados têm realizado alguns “arranjos”, assim como a contratação de professores temporários, estagiários e/ou ainda têm firmado convênios com outras instituições, a fim de oferecer condições mínimas e pontuais para o funcionamento do EMI.

Para Ramos (2016), a principal finalidade do Programa Brasil Profissionalizado, instituído pelo Decreto nº 6.302/2007, era fortalecer a EMI nas instituições estaduais de ensino mediante a modernização dessas redes públicas, entretanto, algumas das instituições

direcionaram grande parte desses investimentos para a oferta de cursos rápidos e desvinculados ao EM, respaldado também pela oferta do Pronatec⁵, criado em 2011, e que englobou várias das iniciativas relacionadas à EP em andamento no país.

Outro ponto que vale a pena ressaltar seria a inclusão da EP nas formas integrada, concomitante e/ou sequencial, tanto públicas como público-privadas nas estratégias 3, 8, 10 e 11 do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024), o que contribuiu significativamente para a ascensão teórico-prática da EP nas instituições de ensino do país, mais fortemente, nos âmbitos federal e privado e nas parcerias público-privadas.

Observa-se ainda que tanto na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) como na Lei nº 11.741/2008, que redimensiona, institucionaliza e integra as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica, há um redimensionamento no significado da EP buscando novas relações dos saberes, a partir da articulação e integração dos conteúdos escolares (interdisciplinaridade) com a prática social e profissional do aluno, visando ultrapassar o ensino tradicional, baseado no fazer instrumental.

Neste sentido, uma expressão dessa mudança são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (2011), em que as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura aparecem como base para a proposta curricular do Ensino Médio brasileiro, promovendo, assim, um diálogo permanente, embora lento, entre as necessidades dos sujeitos, das instituições e da sociedade.

Em contrapartida, segundo em Moura (2013), cabe destacar que todo esse panorama, apesar de ter aspectos positivos, vem ocorrendo fundamentado em um discurso que se baseia na suposta urgente necessidade do mercado de trabalho de mão de obra qualificada, e esses cursos vêm suprir a demanda desse mercado, oferecendo formação aos trabalhadores, comprometendo assim a possibilidade que contemple a formação humana integral dos sujeitos, visando à autonomia e à emancipação humana.

Podemos, então, observar uma trajetória de reflexões, discussões, contradições, esperança, avanços, retrocessos, ações pontuais positivas e negativas no âmbito da EP no Brasil.

⁵ Para maiores esclarecimentos sobre o tema, sugerimos ver a matéria “PRONATEC: público e privado da educação profissional”, publicada na Revista Poli (EPSJV), maio e junho de 2011.

4 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE NOS ANOS 2000

Assim como no panorama nacional e com base na legislação anteriormente citada, a EP no RN foi também marcada por movimentos pontuais e descontínuos assim como pela criação de instituições voltadas às demandas do mercado de trabalho, sem muita preocupação com a construção de um quadro permanente de docentes ou com a manutenção das ações, a fim de transformá-las em política de estado.

Para Moura (2010), no contexto estadual, a situação se torna mais complexa, pois a maioria dos estados não se disponibilizaram a assumir o compromisso com a EP e menos ainda quando se trata de EMI, como política de estado. No entanto, essas ações, quando aparecem, estão vinculadas a algum programa temporário. A exceção até 2010 é o estado do Ceará, que "abraçou" a causa da EP e mesmo com suas limitações e particularidades ideológicas, atingiu importantes patamares na expansão da EP integrada ao EM. Nesse estado, a EP integrada ao EM é baseada em um modelo de gestão conhecido como Tecnologia Empresarial Sócio-Educacional (TESE), que aborda o EMI, em uma perspectiva mercadológica, a fim de atender às demandas do mercado de trabalho. Sua missão primordial é de produzir e transmitir conhecimento ao estudante de modo a prepará-lo para a vida nos contextos produtivo e pessoal.

Segundo em Silva e Medeiros Neta (2016), o ensino profissional estadual na primeira metade do século XX, ocupou um lugar secundário nas instituições, com escolas e cursos precarizados, na maioria dos casos, sem laboratórios, sem materiais suficientes, sem quadro docente satisfatório, fundadas no assistencialismo e voltadas para as demandas do capital e atendendo aos interesses políticos.

Para tanto, o que se destacou na EP do RN nos anos 2000 foi a expansão das redes privadas de ensino, das parcerias público-privadas, juntamente com o fortalecimento do Sistema "S". Não se pode deixar de ressaltar também que a intensão principal foi, e continua sendo, a de fortalecer as empresas e indústrias, atender aos interesses políticos e mercadológicos das iniciativas ligadas à expansão da EP no Sistema "S".

Segundo o site da FIERN, o Sistema "S" potiguar está atuando diretamente na promoção do desenvolvimento econômico do estado e, conseqüentemente, na geração de emprego e renda. Para argumentar em favor dessa afirmativa, as entidades que compõem o

Sistema “S”, no Rio Grande do Norte, apresentam em seus sites, os números de sua atuação, conforme resumimos a seguir.

No primeiro semestre de 2015, o Sistema Fecomércio RN realizou, por meio do SESC, cerca de 150 matrículas dentro de um portfólio composto por 350 cursos técnicos de curta duração. No cenário de atuação da FIERN, 1.390 empresas industriais foram atendidas, no mesmo período, por meio de ações do SESI. O SEBRAE, por sua vez, prestou 196 mil horas de consultoria até o final de 2015 e beneficiou 46 mil empresas com o projeto “Negócio a Negócio”, um programa gratuito de atendimento e orientação empresarial que oferece diagnósticos e recomendações para microempreendedores individuais e donos de microempresas. Já o SEST e o SENAT contabilizam 10 milhões de pessoas capacitadas em programas de treinamento e formações profissionais rápidas para o transporte. Ligado à agricultura, o SENAR busca a ampliação de conhecimentos para impulsionar a produtividade e é, neste sentido, que a entidade calcula mais de 60 milhões de produtores e trabalhadores rurais atendidos em 20 anos de atuação.

Ao se tratar de EP disponibilizada de forma pública e gratuita, segundo o portal do MEC, foi lançado em 2007, o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil, como iniciativa para fortalecimento da EP, visando à oferta gratuita e na modalidade a distância, de cursos técnicos de nível médio e de cursos de formação continuada para professores da EP. Os cursos são ministrados por instituições públicas de ensino técnico de nível médio ou instituições de ensino superior. Nesta iniciativa, o MEC é responsável pela assistência financeira para pagamento de bolsas e construção ou adequação de infraestrutura. Em 2008, no início do Programa, O MEC investiu aproximadamente R\$ 68 milhões no desenvolvimento de cursos em 250 polos.

Ainda no panorama de educação pública, agora com foco mais direto no assistencialismo, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2008 demonstram que apenas 25,5% da população de jovens de 18 a 24 anos alcançam o ensino superior. Assim, os cursos técnicos de nível médio surgem como alternativa de qualificação, mesmo que seja uma formação fragilizada e sem visar à ampliação do nível de escolaridade. Eles surgem com a ilusória proposta de promover a inserção no mercado de trabalho para mais de 74% desse contingente que não chega ao ensino superior. Na maioria dos casos, essa inserção ocorre em subempregos, o que serve às necessidades do mercado, configurando-se uma educação pobre para pobre que assume um emprego pobre, fortalecendo o discurso ilusório da empregabilidade e da oferta, tanto de vagas de emprego quanto de capacitação.

Outro ponto que vale a pena citar no tocante à EP é a expansão dos institutos federais e a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Nesse cenário de expansão, o IFRN, que até 2005 possuía uma unidade em Natal, instalada em 1909, e uma em Mossoró, instalada em 1994.

Com base em informações contidas do site do IFRN, a expansão da Rede Federal teve início gradativamente, em 1994, com a inauguração da Unidade de Mossoró supracitada. Doze anos depois, o MEC e a SETEC deram início a uma fase da expansão mais efetiva. Em 2006, três novas unidades foram criadas (Zona Norte de Natal, Ipanguaçu e Currais Novos). A segunda etapa da expansão iniciou a obra das unidades em 2007, com a construção de outras seis unidades, nos municípios de Apodi, Pau dos Ferros, Macau, João Câmara, Santa Cruz e Caicó, inauguradas apenas em 2009, já sob uma nova institucionalidade, as quais em vez de unidades do CEFET-RN como era denominado anteriormente, se apresentaram como campi do IFRN. Nesta mesma fase da expansão, foram construídos os campi de Natal-Cidade Alta, Nova Cruz, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, como ainda a criação do Campus de Educação a Distância, que funciona até o momento nas instalações do Campus Natal-Central.

Na terceira fase da expansão, o Rio Grande do Norte recebeu, a partir de 2013, mais cinco campi: Ceará-Mirim, Canguaretama, São Paulo do Potengi, Lajes e Parelhas.

Desta forma, nos anos 2000, ocorreu um aumento substancial da infraestrutura física da rede de EP federal no RN, a qual, em 2017, dispunha de 21 campi, dentre eles, dois campi avançados (Lajes e Parelhas), com sede própria, entretanto, dependentes administrativamente de outros campi. Ressalta-se que essa estrutura física do IFRN conta ainda com um prédio, destinado à Reitoria.

Dando continuidade ao cenário da EP no RN, com base nas informações contidas no site oficial do governo estadual do RN, no site oficial do MEC, como também em buscas nos sites particulares das instituições, pudemos construir o quadro 1 com as principais escolas de educação profissional do RN atualmente com ofertas públicas ou público-privadas. Não é escopo deste trabalho discutir as ofertas de EP da rede privada, motivo por que não as incluímos no quadro de análise.

Neste panorama, destaca-se que o Centro Estadual de Educação Profissional Tecnológica Professor Francisco de Assis Pedrosa, em Mossoró iniciou suas atividades em março de 2017. Observa-se, então, que até 2016, o estado do RN era responsável por apenas

uma instituição de ensino com oferta de EP de forma pública e gratuita, em pleno funcionamento, o Centro Estadual de Educação Profissional Senador Jessé Pinto Freire (CENEP).

Quadro 1 – Principais instituições públicas e público-privadas de EP no RN.

Instituição	Oferta
Centro Estadual de Educação Profissional Senador Jessé Pinto Freire	Pública estadual
Centro Estadual de Educação Profissional Professor Francisco de Assis Pedrosa	Pública estadual
Escola técnica da UFRN	Pública federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN	Pública federal
Fundação Bradesco	Público-privada
Instituições do Sistema "S"	Público-privada

Fonte: <http://www.rn.gov.br/> ; <https://www.mec.gov.br/>. Elaboração das autoras

Sem destacar as parcerias público-privadas anteriormente citadas, as instituições particulares assim como as instituições federais, estudar a educação profissional pública estadual do RN, no contexto do EMI, seria mais pontualmente, estudar o CENEP.

Neste sentido, buscou-se compreender melhor a existência dessa escola, uma vez que compreender a existência histórica de uma instituição integrando-a ao contexto social e cultural é sistematizar o itinerário multidisciplinar de determinada sociedade, com base no sentido histórico. (MAGALHAES, 1996).

A fim de refletir melhor sobre o contexto supracitado conhecemos o CENEP, instituição pública estadual, situada no centro de Natal/RN, o qual oferece o EMI para aluno em idade considerada “regular”, durante o dia, e disponibiliza vagas vinculadas ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), no turno noturno.

Com base no Projeto Político Pedagógico (PPP)⁶ da escola, o CENEP é uma das unidades escolares que compõem o programa Brasil Profissionalizado visando fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica. O Programa repassa recursos do governo federal para que os estados invistam na construção de escolas de EP. Criado em 2007, o programa possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integrado de educação profissional, como já citado anteriormente.

⁶ O documento Projeto Político-Pedagógico do CENEP: uma construção coletiva não se encontra publicado, mas foi disponibilizado pela instituição às pesquisadoras.

O CENEP iniciou as atividades educacionais entre os anos de 2006 e 2007, ofertando dois cursos nas áreas educacionais de Gestão e Comércio e Informática, hoje, denominados eixo tecnológico de Gestão e Negócios e eixo tecnológico de Informação e Comunicação, respectivamente. A escolha dos cursos oferecidos foi feita com base na demanda de vagas do mercado, explicitando o caráter mercadológico da EP no RN.

A escola foi credenciada pela Portaria nº 70/2005 e Parecer nº 074/2004 - CEE/CEB/RN e publicado no Diário Oficial – Edição de 23/02/2005. Atualmente sua infraestrutura conta com: 01 Biblioteca com capacidade para 30 pessoas; 10 salas de aula com capacidade para 40 pessoas cada; 01 laboratório de informática com 40 computadores; 01 laboratório de manutenção de computadores; 01 secretaria; 01 sala dos Professores; 02 Salas para Direção e Administração; 01 Sala Coordenação Pedagógica.

O quadro de funcionários da instituição é composto por 01 diretor e 01 vice-diretor, 01 coordenador financeiro, 05 pedagogos na Coordenação Pedagógica, 04 assistentes administrativos, 28 professores do eixo estruturante (disciplinas propedêuticas), 18 professores do eixo tecnológico (disciplinas técnicas), 01 secretária, 02 bibliotecários e a equipe de zeladoria, com contratação de empresas terceirizadas, as quais são responsáveis pela limpeza e higienização dos ambientes da escola e pela recepção da escola.

Vale a pena destacar que a contratação dos professores dessa instituição é realizada de forma diferenciada para os professores das áreas propedêuticas e da área profissional. Os professores das disciplinas propedêuticas são efetivos do quadro de servidores da educação do estado do RN, enquanto os docentes que atuam nas disciplinas técnicas são contratados temporariamente por meio de processo seletivo específico, situação a qual aponta claramente a falta de interesse do estado em transformar a EP em política pública e, sim, em manter o caráter temporário marcante na história das ações para a educação profissional brasileira.

Ainda com base no mesmo documento, o CENEP tem por missão oferecer educação profissional de qualidade, com enfoque na qualificação, requalificação profissional e técnica visando favorecer o desenvolvimento de “competências e habilidades⁷” nos jovens e adultos para sua inserção no mundo do trabalho como autêntico cidadão, capaz de contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

⁷ Para aprofundar a discussão sobre habilidades e competências, ver DEMO, Pedro. *Desafios Modernos da Educação*. 2ª Ed., Petrópolis: Vozes (1993), e PETRAGLIA, Izabel Cristina. *Edgar Morin: A Educação e a complexidade do ser e do saber*. Rio de Janeiro: Vozes (1995).

Essa afirmação no documento mostra que, apesar de a existência do Centro estar sendo uma iniciativa importante para a EP do RN, observa-se a permanência do pensamento mercadológico, em favor do capital, havendo ainda grande distanciamento de uma educação emancipatória.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa, foi possível observar a trajetória marcada por uma educação cheia de reflexões, discussões, contradições, esperanças, avanços, retrocessos e jogo político de poderes, com algumas ações pontuais positivas e outras negativas. Apesar de terem ocorrido alguns avanços, mais pontualmente a partir dos anos 2000, o projeto de EP, tanto no Brasil quanto no estado do RN, continua caracterizado pela dualidade da educação, por programas emergenciais, sem quadro efetivo de professores, sem proposta para uma política de educação profissional no estado e sem as condições necessárias para um EMI universalizado de qualidade social.

Neste sentido, é preciso ter claro que apesar de promover alguns aspectos positivos, tais como a expansão da rede federal de ensino e o respaldo legal que visa ao aumento da oferta da EP e a expansão do EMI, a maioria das iniciativas estão ocorrendo distante do sentido da universalização educacional, e menos ainda visando à formação humana integral dos sujeitos, a emancipação e a mudança de vida da classe trabalhadora. Principalmente quando se trata da rede estadual de ensino e das parcerias público-privadas, as quais visam, prioritariamente, à manutenção do poder, visa à conformação do trabalhador, que deve atender às necessidades do mercado de trabalho, a fim que ter as condições mínimas de vida na sociedade.

A maior aproximação na tentativa de educação emancipatória, visando à omnilateralidade vem ocorrendo, sem ainda atingir um grande número de sujeitos, nos institutos federais, os quais, com base no projeto político-pedagógico da instituição, tentam promover o EMI na perspectiva da formação humana integral do sujeito, além da inserção no mundo do trabalho, com base no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico.

Por fim, observa-se a necessidade de um olhar mais comprometido dos governantes e dos grupos ligados à educação, para a implantação efetiva do EMI, como política pública, baseada nas concepções de formação humana integral e omnilateralidade, visando à emancipação dos sujeitos tanto no mundo do trabalho quanto na vida de forma autônoma e visando ainda ao aumento na oferta de vagas para o EMI de forma pública e gratuita, pelos estados.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909.** Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Coleções de Leis do Brasil. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 31 dez. 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. **Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus.** Lei nº. 5.692/71, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. In Política e Educação no Brasil. 5ª ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27.833 - 27.841. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11741.htm. Acesso em: 17 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997.** Educação profissional: legislação básica. Brasília, DF: PROEP, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** Educação profissional: legislação básica. Brasília, DF: PROEP, 1998. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 17 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.302 de 12 de dezembro de 2007.** Ministério da Educação. Institui o Programa Brasil profissionalizado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm. Acesso em 17 mar. 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Debate.** Texto para discussão. Brasília, 2010. Brasil CNE/CEB. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192.pdf. Acesso em: 17 mar. 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: 2012. Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf. Acesso em: 17 mar. 2017.

KUENZER, Acácia (org.). **Ensino médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

KUENZER, Acácia. O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: Superando a década perdida? *In Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, jul.-set. 2010

MOURA, D. H. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. *In: Moll J. (Org.). Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo*. Desafios, tensões e possibilidades. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 58-79.

MOURA, D. H (Org.). **Produção do conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. 1ª ed. São Paulo: Mercado de letras, 2013.

CIAVATTA, M. A. historicidade da pesquisa em educação – desafios teórico-metodológicos em trabalho e educação. *In: Moura. D. H. (Org.). Educação profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas*. 1ª ed. Natal: IFRN, 2016, p. 51-72.

MAGALHÃES, J. **Contributo para a história das instituições** educativas – entre a memória e o arquivo. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Portugal. 1996. (mimeografado).

RAMOS, M. Projetos societários em disputa no Brasil contemporâneo: A universalização da educação básica e a educação profissional. *In: Moura D. H. (Org.). Educação profissional: desafios teórico- metodológicos e políticas públicas*. 1ª ed. Natal: IFRN, 2016, p.117-140.

RODRIGUES, E. A **(Re) Invenção da Educação no Paraná**: apropriações do discurso democrático (1980 – 1990). Paraná: EDUEM, 2012.

SILVA, K. K.; MEDEIROS NETA, O. M. As ações do estado do Rio Grande do Norte para o ensino profissional (1908-1957). *In: VI ENCONTRO NORTE NORDESTE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 6ª Edição, 2016, Natal. **Anais - ENNHE**. UFRN, 2016. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/vi-ennhe/anais/trabalhos/eixo7/submissao_14711899394761472992106323.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2017.

VIEIRA, S. L. **Revista Brasileira Estudos pedagógicos**. Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.